



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que irá discorrer sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2007, conforme disposto no art. 9, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio também a presença do Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Sr. George Alberto Aguiar Soares.

Para maior ordenamento dos trabalhos, comunico aos senhores que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser interrompido.

Conforme estipula o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição está aberta para os Deputados e Senadores que desejarem formular seus questionamentos após a exposição do Sr. Arno Augustin.

Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V.Exa., o Secretário-Adjunto da SOF, Dr. George Soares e, em especial, a cada Deputado e Senador presente.

Registro a satisfação de estar na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assumi a Secretaria do Tesouro Nacional há menos de 1 mês. Venho com a tarefa de apresentar o relatório quadrimestral de avaliação e cumprimento de metas relativo ao primeiro quadrimestre de 2007.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Inicialmente, vou apresentar os resultados da política fiscal. Essa primeira planilha objetiva mostrar — a cópia está a disposição de V.Exas. — as metas fixadas, respectivamente, pela LDO para 2007 e, posteriormente, pela Lei Orçamentária anual.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Um minuto, Sr. Arno Augustin.

Peço à Secretaria que distribua as cópias das transparências que serão exibidas.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Há também as metas fixadas pelo Decreto nº 6.046, de 2007, pelo Decreto nº 6.076 e, finalmente, pela alteração feita na LDO pela Lei nº. 477, de 2007.

Este ano, como sabem V.Exas., essas mudanças ocorreram basicamente em razão da nova metodologia de cálculo do PIB, que implicou meras adequações do ponto de vista de como deve ser feita a análise da meta, mas não muda substancialmente seu valor.

Estamos, portanto, com uma meta para o ano 2007, do setor público consolidado, de 95,4 bilhões e, do Governo Federal, de 71,1 bilhões. Ela foi fixada em valores nominais e corresponde quase que exatamente ao valor originalmente previsto. As alterações em função do novo PIB exigiram essa mudança de fórmula de cálculo, mas, do ponto de vista objetivo, fiscal, temos uma meta semelhante.

Próximo *slide*.

O objetivo dessa planilha é meramente lembrar os parâmetros com base nos quais foi feita a meta e também os decretos de acompanhamento por parte do Executivo, que são a inflação medida tanto pelo IGPI como pelo IPCA — no caso, a inflação trabalhada aqui é pelo IPCA, de 4,5% —, o câmbio médio, o PIB, a Taxa SELIC média e o petróleo. Quero apenas informar os parâmetros antes de apresentar propriamente os resultados, que veremos na planilha seguinte.

No primeiro quadrimestre deste ano, de janeiro a abril, a meta, com base no Decreto de Programação Financeira nº 6.076, a que já me referi, era de uma receita de 155,8 bilhões, uma receita líquida de 123,6 bilhões, uma despesa de 81,2 bilhões, o resultado do Tesouro, de 42,4 bilhões, o resultado da Previdência, negativo, de 14,4 bilhões, perfazendo isso um resultado primário do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 28 bilhões, com uma meta de estatais de 2,2 bilhões, correspondendo, portanto, a um resultado primário de 30,2 bilhões, que é a meta sobre a qual estamos aqui apresentando o resultado efetivamente alcançado.

A receita total, nesse período de janeiro a abril, foi de 157,5 bilhões, portanto, um resultado de 1,7 bilhão acima da meta; e uma receita líquida de 125 bilhões, portanto, 1,4 bilhão acima da meta.

As despesas, que tiveram também um comportamento positivo em relação ao cumprimento de metas, foram de 77,2 bilhões, portanto, 4 bilhões abaixo daquilo que estava projetado.

O resultado final disso, indo direto ao primário, que obtivemos nesse primeiro quadrimestre, foi de 35,6 bilhões, portanto, 5,4 bilhões acima da meta projetada.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Próximo *slide*.

Aqui, apenas para efeito de melhor visualização, as metas que estão previstas nos 3 quadrimestres, com o objetivo de alcançarmos o primário de 71,1 bilhões. A meta do primeiro quadrimestre é de 30,2 bilhões; a meta do segundo quadrimestre é de 54,2 bilhões; e do terceiro quadrimestre é de 71,1 bilhões.

No gráfico abaixo, à direita, temos a meta de 30,2 bilhões e o resultado de 35,6 bilhões, portanto, um resultado positivo, na medida em que a meta foi alcançada, inclusive com alguma folga.

Próximo, por favor.

Essas planilhas têm por objetivo apresentar, até para efeitos de se poder fazer uma análise, como é que tradicionalmente vêm sendo distribuídas as metas no quadrimestre. Por essa planilha percebe-se que, em 2007, não há nenhuma diferença significativa em relação às metas e à sua distribuição nos quadrimestres. Por que isso é importante? Porque, às vezes, ao analisar a meta do primeiro quadrimestre, alguém pode imaginar que o primário está acima daquilo que vai ocorrer até o final do ano. O primário, no primeiro quadrimestre, costuma ser mais alto. Então, apenas para ficar claro que a meta prevista é semelhante àquela meta dos anos anteriores, ela não tem nenhuma diferenciação significativa. Da mesma forma — e acho que esse é o ponto importante, até para a compreensão de V.Exas. —, os resultados do primeiro quadrimestre mostram uma execução acima da meta, positiva, mas que não difere significativamente do percentual de atingimento em relação à meta anual. Então, essa coluna A sobre B, aqui à direita, mostra, por exemplo, que, em 2003, 50% da meta foi alcançado no primeiro quadrimestre; em 2004, 45%; em 2005, 53%; em 2006, 47%; e, neste primeiro quadrimestre de 2007, 50%. Portanto, não há nenhuma diferenciação significativa que nos leve a ter alguma dúvida sobre o cumprimento da meta. Não temos. Temos a convicção de que ela será cumprida, assim como pode haver alguma interpretação não correta de que acabaremos, ao final do exercício, tendo um primário maior do que aquele projetado. Não, está exatamente em linha com o Decreto de Programação.

Isso fica mais claro nas planilhas a seguir, em que se apresenta o resultado primário dos últimos 12 meses, ano a ano. Por aí percebe-se que, até abril, o primário dos últimos 12 meses é muito semelhante àquele que tínhamos em abril, 12 meses atrás, de 2006, de 2,37, e este ano, 2,34, levemente abaixo.

O mesmo acontece aqui nos resultados em relação ao Governo Central. Em relação ao total do setor público, em 2006, por exemplo, nós tínhamos 4,09, e temos, em 2007, 4,19. Portanto, resultados bastante semelhantes.

Na planilha a seguir, apresentamos o resultado até maio, que mostra também que o primário deste ano está em linha com o primário alcançado no ano passado, no caso até maio, embora não seja objeto estrito desse relatório, porque ele é até abril, mas já temos os números de maio. Temos um primário, nesses primeiros meses do ano, de 2,42 em relação aos últimos 12 meses, quando, em 2006, tínhamos 2,40 em relação aos últimos 12 meses. Portanto, todos esses dados mostram que nós estamos, em relação ao cumprimento da meta prevista na LDO, em linha com aquilo que estava programado. Ou seja, vamos cumpri-la sem uma diferenciação significativa.

O próximo *slide*.

O que isso significa e qual é a importância de termos o primário nesses termos? Aqui está apresentada a projeção feita na LDO e também a de mercado para efeitos da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB. Por essa planilha verifica-se que temos uma projeção de queda da relação dívida/PIB. Por exemplo, na LDO, essa relação apresenta uma evolução para 35,9, em 2010 — o mercado trabalha com um número um pouco acima disso, não diferenciado —, de forma que o primário estabelecido, sendo cumprido, apresentará, ao longo dos anos, uma evolução muito positiva no sentido da sustentabilidade da relação dívida/PIB, com uma tendência declinante importante. E isso tem efeitos muito positivos para o Brasil, inclusive do ponto de vista da diminuição do conjunto de juros pagos e da consistência macroeconômica do País.

A próxima fase da exposição é falarmos um pouco sobre a administração da dívida pública, que também faz parte desse relatório quadrimestral. A dívida pública mobiliária federal interna, no primeiro quadrimestre, tem a evolução que pode ser acompanhada nessa planilha. O estoque, em 31 de dezembro, era de 1 trilhão e 77 bilhões. Ele evoluiu para 1 trilhão e 135 bilhões, com uma variação nominal de 57,9 bilhões. Os juros nominais desse período foram de 45,7. Aqui, dívida pública mobiliária federal interna.

A próxima planilha mostra a situação da dívida pública federal externa, em que verificamos que, em reais — em dólares também ocorreria isso, mas com uma variação um pouco menor —, ela cai de 143 bilhões, em 31 de dezembro de 2006, para 134 bilhões, em 30 de abril de 2007, portanto, uma variação nominal de 8,9 bilhões. Isso aqui é resultado da política de diminuição da dívida externa que o País vem adotando já há algum tempo e também da variação cambial, que no caso implica uma dívida em reais menor.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resultado da dívida. A dívida pública federal total, de responsabilidade do Tesouro Nacional e mercado, mostra — e aí é a soma da interna e externa — uma evolução de 1 trilhão e 221 bilhões para 1 trilhão e 270 bilhões. O resultado, portanto, a variação nominal no período, é de 48 bilhões, ou seja, uma variação nominal de 4%.

A próxima planilha, que penso ser importante até para a compreensão do que vem ocorrendo no País, mostra a taxa máxima da LTN, que é um título pré-fixado. Ela vem caindo sistematicamente no conjunto dos leilões, na medida em que o tempo vai passando. Então, ela cai de um patamar próximo de 20% para cerca de 10 a 11%, hoje. Ou seja, nós temos uma evolução positiva — este gráfico mostra isso de forma bastante significativa — no sentido da redução da nossa taxa de juros em vários aspectos. Eu peguei este gráfico como exemplo, mas há vários aspectos que podem ser destacados do ponto de vista da evolução positiva disso.

Próximo *slide*.

O País tem um plano anual de financiamento. Essas variações da dívida e a política com relação a isso executam esse plano de financiamento, que tem por objetivo o alongamento do prazo médio da nossa dívida pública. Isso significa uma maior capacidade do País de enfrentar qualquer tipo de desafio que venha a ocorrer. Essa política de alongamento do prazo da dívida pública vem sendo executada já há algum tempo, com resultados bastante significativos: reduzindo-se o percentual da dívida pública, que vence em 12 meses, numa política também de redução do risco de refinanciamento; a substituição dos títulos remunerados por SELIC ou por variação cambial por títulos com rentabilidade pré-fixada ou vinculada a índice de preços, isso tudo dentro de uma política de diminuir a volatilidade da nossa dívida pública; emissões qualitativas de títulos em moeda estrangeira, observadas as condições de mercado; incentivo ao desenvolvimento das estruturas a termos de taxas de juros para títulos públicos federais dos mercados interno e externo; e ampliação da base de investidores.

Vou passar direto para os resultados, porque eu acho que fica mais claro.

O nosso plano anual de financiamento estabelece como objetivo para o ano de 2007 um estoque entre 1 trilhão e 300 bilhões para a nossa dívida interna e mercado. E, o que é importante, um prazo médio entre 32 e 36. Essa é a banda com a qual estamos trabalhando.

Já estamos em maio com um prazo médio de 33,3, ou seja, já estamos dentro do objetivo de alongamento. Isso significa que nossa dívida interna está com um processo de alongamento de prazo bastante positivo. A dívida vincenda em 12 meses, cujo objetivo é de redução, era de 35,7 em 2006. O objetivo do plano de financiamento é estarmos entre 29 e 33 e já estamos em 33,8, portanto, muito próximo do objetivo.

Com relação à participação de cada um dos tipos de estoque de dívida em relação ao total, também houve uma evolução positiva. Temos um objetivo de percentual de estoque prefixado de 37%, já estamos em maio com esse valor. O objetivo é entre 37 e 43, e já estamos com 37.

Dívida vinculada a índices de preços. O objetivo é aumentá-la para um valor entre 23 e 27. Já estamos com 22,9.

Quanto à dívida vinculada à SELIC, cujo objetivo é diminuir para um patamar entre 29 e 36, já estamos com 36,7.

O conjunto da dívida pública federal tem esses mesmos resultados positivos. Não vou pegar um por um para não ser enfadonho, mas esta planilha mostra uma evolução positiva no alongamento.

Essa melhoria da composição da dívida pública reduz os riscos do País do ponto de vista da dívida em virtude de taxa de câmbio e de juros. Verifica-se, por esta primeira planilha, que, desde meados de 2006, uma desvalorização cambial tem até um efeito positivo sobre o estoque de dívida. No momento, ela até tem uma pequena redução. Da mesma forma, uma variação da Taxa SELIC, que tinha, em 2003, por exemplo, um impacto de aumento da dívida de 0,28, tem hoje um impacto de 0,21. Portanto, uma evolução que torna a nossa dívida bem mais estável.

A próxima planilha é um teste interessante, importante, é um teste de estresse de nossa dívida em relação a possíveis impactos, como, por exemplo, variação cambial ou variação da SELIC. Ele é feito com 3 desvios padrões da taxa de juros ou da desvalorização da moeda. E aqui se mostra que o impacto de possíveis variações como essa, que era de 22% de crescimento em 2002, hoje está em 4,7. Ou seja, o Brasil está absolutamente sólido em relação a qualquer tipo de impacto.

A próxima planilha explica isso, principalmente do ponto de vista da variação cambial. No período do relatório — hoje é bem mais do que isso —, já tínhamos um nível de reservas bem superior à nossa dívida pública externa federal. Tal situação ocorre desde meados do ano passado. Desde essa época, também não temos mais dívidas decorrentes de reestruturação. Trata-se de dívidas que, do ponto de vista do mercado, sempre podem causar uma pressão negativa sobre a nossa dívida. Então, estamos com o nível de reservas já bem superior à dívida pública externa do Governo Federal. Sem dívida alguma, trata-se de um importante elemento de estabilização e de redução de taxas de juros.

A próxima planilha mostra a taxa de rendimento, as 2 curvas do ponto de vista da nossa dívida em dólares. A curva mais acima é a que tínhamos no passado e a abaixo é das emissões mais recentes. A curva de dezembro de 2005,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

já com taxas menores que em outros períodos do País, e a curva atual, de junho de 2007, com redução significativa da taxa de juros em nossas emissões em dólares.

A planilha seguinte mostra os resultados e a curva das dívidas que o Brasil vem lançando no exterior em reais. Por esta planilha, os senhores e as senhoras podem perceber redução importante das taxas que vêm sendo praticadas com relação aos nossos títulos em reais no exterior, algo em torno de 14% para cerca de 8% a 9%.

Nesta última planilha, quero falar sobre os resultados de nossas emissões em reais, apresentando a taxa efetivamente praticada quando do lançamento.

Há 2 semanas, em 19 de junho, o País fez uma emissão de 750 milhões de reais de 20 anos. A taxa efetiva de rendimento para o tomador foi de 8,6%. Ou seja, cada vez temos uma curva de juros declinante, título de 20 anos, com uma taxa de rendimento de 8,6% nominal em reais.

Considero um resultado bastante expressivo. Mostra a confiança no País e a evolução positiva.

A manutenção desses resultados macroeconômicos, sem dúvida, é cada vez mais reconhecida como impacto positivo. Ou seja, o País podendo ter juros menores. Isso é importante para as contas públicas e também para o desenvolvimento geral do País, na medida em que a curva do setor público também abre oportunidade para o setor privado e permite um financiamento com taxas menores.

Peço desculpas porque passei um pouco do tempo. O objetivo era fazer, em linhas muito gerais, a apresentação do resultado do relatório quadrimestral, a avaliação e o cumprimento de metas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Pela ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Júlio Cesar.

Devo esclarecer que cada interpelante terá o prazo de 3 minutos; o interpelado, 3 minutos para responder; e o interpelante, mais 3 minutos para a réplica.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, acompanhei atentamente as explicações e, antes de qualquer questionamento, quero me referir a uma notícia do *site* do Tesouro Nacional.

Esse *site* chama a atenção para uma fraude nos títulos públicos. O texto é do dia 31 e diz:

*“O Tesouro Nacional tem recebido freqüentes consultas a respeito da possibilidade de resgate, troca, conversão (em NTN-A ou outros títulos), pagamento de dívidas tributárias ou operações diversas envolvendo apólices antigas (...).*

*Alguns escritórios de advocacia têm gerado prejuízos para seus clientes, oferecendo a possibilidade de realização dessas operações, apresentando inclusive laudos periciais, com cálculos que atribuem aos títulos valores elevados. (...)*”

Sr. Secretário não está faltando ampla divulgação sobre a validade desses títulos, uma vez que dá notícia de títulos de 1902 a 1962?

A segunda pergunta, Sr. Secretário, é a respeito do aumento nominal de 57 bilhões da dívida pública mobiliária brasileira em apenas 4 meses. Isso dá um estoque de mais ou menos 15 bilhões de reais por mês.

Além disso, Sr. Secretário, dá notícia de 2 decretos de 2007, o de nº 6.046 e o de nº 6.076. Ambos tratam dos mesmos números de janeiro a abril.

Na pág. 2 está: “*Setor público: 95.6*”. Não entendi por que a edição desses 2 decretos apresentando os mesmos números em todas as colunas.

Gostaria de uma explicação sobre esse assunto e, principalmente, sobre a fraude dos títulos públicos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Sr. Presidente, faço apenas uma consulta ao Secretário do Tesouro.

A maioria dos municípios brasileiros estão inadimplentes. Em grande parte, eles ficam inadimplentes porque o INSS, de repente, retira dinheiro de seus cofres sem avisar, sem contabilizar, sem dizer para onde ele vai. Essa situação está realmente causando um problema com as receitas municipais. O Prefeito tem uma previsão de pagamento, de repente, vê um seqüestro dos recursos do município.

O que poderia ser feito a esse respeito? Seria possível fazer uma programação e avisar com 30 dias de antecedência que esse procedimento seria feito, para que o município pudesse verificar, equipar a sua receita e trabalhar com sua despesa?

Realmente, nossos municípios estão um tanto quanto ingovernáveis nesse sentido.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Cumprimento o Sr. Presidente, os demais colegas, nosso querido Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Augustin Filho.

Sr. Secretário, está tramitando na Câmara, especificamente na Comissão de Orçamento, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo Relator é o nobre Deputado João Leão, conterrâneo, baiano, que orgulha a todos nós. S.Exa. fez um substitutivo, que nós desejamos aprovar. Tenho uma dúvida que gostaria de perguntar a V.Exa.

No substitutivo.

Sob o argumento de manter o controle da meta fiscal de 2008, retiram-se os §§ 4º e 5º do art. 2º do projeto de lei enviado pelo Executivo. O referido artigo permitia o aumento dos recursos para o PPI — Projeto Piloto de Investimentos, em 2008, caso houvesse excesso na meta de superávit primário em 2007.

Nesse contexto, tendo em vista o parágrafo único do art. 3º, que possibilita ampliação de recursos do PPI pelo montante de Restos a Pagar do PPI de 2007, o relatório esclarece que a manutenção dos §§ 4º e 5º do art. 2º da LDO, de 2007, concorreria para a duplicidade de acréscimos permitidos no valor do PPI para 2008, afetando a meta fiscal de 2008.

Dr. Arno Augustin, como o senhor avalia essa alteração promovida no substitutivo da LDO para 2008 e quais seriam os impactos nas metas fiscais, sobretudo no resultado primário, antes e após as mudanças propostas pelo substitutivo?

A segunda pergunta diz respeito ao superávit primário e à carga tributária.

Ao analisar a Tabela nº 4 das metas do Governo Federal de 2007, observa-se que a meta de superávit primário realizado para o Orçamento Fiscal e para a Seguridade Social é de 28 milhões. Sabe-se que o alcance dessa meta deve-se, sobretudo, à brutal carga tributária existente no País.

Observa-se, por exemplo, na Tabela nº 5 — Arrecadação/Previsão das Receitas Federais de 2007 —, o aumento da arrecadação do Imposto de Renda de 2 bilhões, ou seja, 4,2% superior à meta. Ressalte-se que o Imposto de Renda de Pessoa Física tem arrecadação 15,6% superior à meta.

Diante disso, o senhor considera correta a obtenção de superávit primário do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social muito superior à meta estabelecida à custa de carga tributária tão elevada? Como essa prática pode afetar o crescimento do PIB?

Por último, refiro-me à LDO, porque a matéria tramita na Casa, e vamos votá-la o quanto antes.

Segundo o Banco Central, o resultado nominal do setor público consolidado apresentou déficit nominal de 69,9 bilhões, em 2006. Por outro lado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 estabeleceu, em seu anexo de metas, déficit nominal do Governo Central e de estatais no valor de 34,4 bilhões.

Pergunto: tendo em vista as metas não cumpridas nos últimos anos, a meta para o resultado nominal estabelecida na LDO de 2007, déficit de 30,8 bilhões, mostra-se factível?

Ressalto que a LDO de 2005 previa superávit nominal em 2006 de 1,4 bilhão.

No caso de o senhor concordar com essa assertiva, como o Governo pretende atingir essa meta prevista na LDO?

Essas indagações são feitas muito mais em cima das observações que estamos prestes a ter como decisão na discussão e aprovação da LDO, inclusive antes do recesso, haja vista que na próxima semana Câmara e Senado estarão de recesso por 15 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Dr. Arno Augustin para resposta às interpelações.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - A pergunta sobre a LDO será respondida pelos representantes das Secretarias do Orçamento e do Planejamento.

Pela ordem, inicio respondendo as indagações formuladas pelo Deputado Júlio Cesar.

Antes de mais nada, devo dizer que o alerta existente no *site* do Tesouro é justamente para evitar que haja algum tipo de não conhecimento do mercado ou de alguma pessoa sobre a possibilidade desse tipo de fraude. Não é uma novidade, já que ele vem sendo colocado no *site* há bastante tempo. Nossa preocupação é fazer com que todos aqueles que consultam o *site* saibam que, infelizmente, existe esse tipo de fraude e não devem cair nele.

Não sei se compreendi bem a preocupação do Deputado. Mas quanto a maior transparência e divulgação, estamos abertos e achamos importante.

Refiro-me, agora, ao motivo do aumento nominal da dívida pública. A dívida pública cresce exatamente porque o nosso primário é importante, mas o País ainda tem déficit nominal. E a pergunta do Deputado Claudio Cajado foi justamente sobre quais as nossas metas para diminuição do déficit nominal.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O objetivo do Governo — considero isso importante — é fazer com que à medida que as taxas de juros caíam a dívida pública cresça menos. Com relação ao PIB — e isso consta da planilha que já tive a oportunidade de apresentar aqui —, a projeção da dívida líquida do País é de importante queda. Aliás, ela já vem caindo. Evidentemente, à medida que as taxas de juros continuarem a cair, esses resultados, do ponto de vista nominal e com a manutenção de um nível primário importante, serão cada vez menores. O importante é saber que o Brasil está se ajustando.

Inclusive mostrei aqui nosso último lançamento de títulos no exterior em reais, com taxas em patamares bem menores do que em outros períodos, taxa nominal de 20 anos de 8,6% a 2,6%. Ou seja, as curvas de juros vêm demonstrando queda e, à medida que isso for se incorporando ao conjunto de novos títulos lançados, a tendência é de crescimento de dívida pública cada vez menor e resultados nominais menores. Portanto, há, sim, evolução.

O Deputado perguntou sobre a existência de 2 decretos que contêm os mesmos números.

No segundo decreto de programação não houve necessidade de alteração de valores quanto a esse item. Existia outras mudanças internas no decreto, mas ele manteve o que originalmente havia sido programado. Obviamente, esses decretos sofrem programações de 2 em 2 meses e não houve alteração quanto às metas. Por isso os resultados são iguais.

O Deputado João Leão perguntou sobre os municípios inadimplentes e sobre o trabalho do INSS.

Esses assuntos dizem respeito à Receita Federal. Sou da Secretaria do Tesouro, mas vou transmitir a preocupação de V.Exa.

Mesmo sem ser de nossa responsabilidade, posso dizer que a fiscalização está fazendo o seu trabalho. Fiscaliza as Prefeituras, como fiscaliza outro ente que tenha de contribuir e, por isso, deve ser fiscalizado. Está claro que a fiscalização tem de ser feita. E isso pode significar para algum município ou Estado o lançamento de dívidas e, portanto, a necessidade de colocar em dia os compromissos.

Percebo a preocupação de V.Exa. mais no sentido do planejamento, talvez em função de tomadas de financiamento pelos municípios. O planejamento pode sempre ser melhorado.

O Deputado Claudio Cajado indagou a respeito da LDO no que concerne ao aumento da receita.

Vou repassá-la ao Secretário da SOF. Quero apenas chamar a atenção para o fato de que há, sim, algumas diferenças em relação ao que a Receita tem de arrecadar. Em parte, isso é reflexo de algumas sazonalidades e também de alguns fatores que não são negativos para o País.

Por exemplo, o aumento do Imposto de Renda tem relação com o crescimento da massa salarial no País, que cresceu 11%. Sem dúvida, esse aspecto é positivo e importante. Esses resultados de maior arrecadação são fruto não de aumento de alíquota, mas, sim, de fatores positivos. Aliás, em parte, o próprio crescimento econômico vem fazendo com que a arrecadação tenha resultado positivo.

Evidentemente, a discussão sobre o nível de carga tributária ideal para o Brasil é pertinente, importante, e vem sendo feita à medida que o País vai se adequando.

Não penso que não haja a necessidade permanente de avaliarmos a carga tributária que devemos ter, quais resultados fiscais permitirão ou não redução e seu impacto no crescimento.

Aliás, a última pergunta do Deputado tem a ver com o fato de o País ainda ter déficit nominal. Há esforço para reduzi-lo, e isso vem ocorrendo. E a existência de determinado nível de primário combinado com a tendência de queda das curvas de juros significa o caminho para um resultado nominal cada vez menos negativo. Esse é o objetivo. Então, o Governo acredita serem factíveis as metas propostas a cada ano na LDO.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Corte no custeio não seria uma meta mais factível?

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - A meta é calculada em relação à despesa total, resultado nominal ou primário. Obviamente, a distribuição interna da despesa, assim como da receita, é um elemento. Agora, o Governo apresentou ao Congresso a LDO com os números que considera factíveis. Apresentamos essas reduções com base não apenas no primário ali exposto, mas na evolução que enxergamos das curvas de juros. O resultado nominal tem muito a ver com a taxa de juros. À medida que ela cai, podemos confiar em obter resultados nominais cada vez menos negativos.

A Secretaria de Orçamento e Planejamento complementarará a resposta com mais propriedade.

**O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES** - A respeito do questionamento feito pelo Deputado Claudio Cajado sobre os §§ 4º e 5º do art. 2º, que previa na verdade um mecanismo de aproveitamento plurianual de acesso sobre a meta, o entendimento do Poder Executivo foi de que haveria efeitos benéficos, já que sempre enfrentamos o problema de cumprir a meta à risca até o final do ano. Tem de haver certa margem, porque é difícil fazer a meta em cima. Porém, não é intenção do Poder Executivo, como não foi nos anos anteriores, traçar meta acima do previsto. A intenção é atingir a meta. Por isso, não se viu com grande preocupação a retirada do dispositivo, porque não seria nossa intenção traçar meta



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

excessiva este ano, a fim de levá-la para o próximo exercício. A idéia é realmente executá-la este ano. E a discussão sobre plurianualidade do Orçamento envolve aspectos referentes ao assunto.

Basicamente, não há muita preocupação do Executivo. A proposta era tentar aproveitar, mas não com a intenção de utilizar esses valores.

Um detalhe sobre a meta de resultado. Creio que entendi de 2 formas. Existe a política da meta de resultado nominal. Não existe exatamente uma meta de resultado nominal. Há a meta de resultado primário. O resultado nominal é apenas expresso no anexo da LDO como indicativo. O Governo não procede ativamente para o cumprimento dessa meta nos relatórios. Por isso há o descolamento. Nesse caso, a política monetária está envolvida e os instrumentos são diferentes. A preocupação com a meta correspondente da Secretaria do Tesouro para a Secretaria de Orçamento diz respeito à meta de resultado primário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Dr. Arno Augustin por estar à frente da Secretaria do Tesouro Nacional. Desejo sucesso a V.Sa. na condução da Secretaria.

A política de redução da taxa de juros favorece enormemente a diminuição do nosso processo de endividamento. Além disso, estamos vendo a receita superar as metas estabelecidas inicialmente, o que é extremamente positivo.

Também temos observado um grande acúmulo de reservas. E toda reserva tem um custo, evidentemente. Para que se possa guardar alguma coisa, é preciso gastar algo. Dessa forma, vai-se criando um grande e importante colchão, que dá certa estabilidade, mas, repito, tem seu custo. Gostaria que V.Sa. falasse um pouco melhor sobre como estamos fazendo para manter as reservas em patamar importante e, ao mesmo tempo, como estamos evitando que isso, em vez de nos trazer benefícios, crie alguns gargalos e nos dê prejuízos. Minha preocupação diz respeito ao fato de que os recursos utilizados para compor as elevadas reservas poderiam estar sendo empregados em investimentos — o que poderia inclusive levar a receita a crescer — e no processo de exoneração, o que considero importante e acho que deve ser tema de outro debate.

Portanto, pergunto: como o Tesouro está tratando essa questão?

Logicamente, para manter o dólar num certo patamar não tem sido feita uma intervenção oficial clara — nem é essa nossa intenção, porque ele flutua —, mas tem sido adotada uma política de aquisição importante. Isso só nos tem sido possível em virtude do aumento da receita. Mas também esse tipo de ação tem um custo. Como se está trabalhando isso?

Finalmente, tratarei de uma questão que para nós, Parlamentares, é importante: os Restos a Pagar. Do exercício de 2006, há restos a pagar da ordem de 13 bilhões, a maior parte deles relativos às emendas, não só individuais, mas também de bancadas e mesmo de Comissões.

Os Restos a Pagar de 2006 comprometem o trabalho deste ano, porque entram como orçamento do ano de 2007. Dessa forma, é evidente que a tendência é aumentarem o Restos a Pagar, pois, na medida em que se paga uma parte de 2006, praticamente se abandonam os pagamentos relativos ao Orçamento de 2007, o que, de novo, gera um acúmulo. Dessa forma, chegará um momento em que essa bola estará grande demais.

Estávamos adotando uma política de reduzir esses Restos a Pagar, mas agora eles voltaram a sofrer uma elevação. Portanto, pergunto: já que há liquidez, há receitas a maior, quais são as razões dessa nova postura com relação ao Restos a Pagar? Quais são as razões da política de voltar a aumentar o Restos a Pagar, sendo que houve um período, no início do primeiro Governo do Presidente Lula, em que esses valores foram reduzidos, porque estavam sendo pagos? Que razões levaram a essa mudança de comportamento?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra o Sr. Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Cumprimento o novo Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, e o Diretor do Departamento de Assuntos Fiscais da SOF, Sr. George Soares.

Uma das perguntas que farei é relacionada à meta fiscal. Recentemente, buscou-se o alvo da meta fiscal: o índice projetado, embora houvesse uma margem de 2% para mais, 2% para menos.

Entretanto, informações veiculadas pela imprensa apontam que o foco agora é a margem. Ou seja, na verdade, não haveria mais um centro, mas o objetivo seria um passeio entre um extremo e outro, o que poderia dar maior flexibilidade ao esforço de investimento.

Pergunto a V.Sa. se essa informação, veiculada pela grande imprensa, retrata a conduta adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra indagação diz respeito à qualidade das emissões que estão sendo feitas pelo Conselho Nacional. Dentro de uma situação de equilíbrio fiscal, de baixo risco, tendo em vista as emissões de títulos da dívida pública, qual a tendência de reduzir os títulos pós-fixados? Qual é a incidência dos títulos que têm variação cambial?

A terceira indagação diz respeito ao custo do estoque da nossa reserva. Obviamente, um país com reserva mais elevada, como é o caso da China, tem mais condição de tornar-se de livre investimento do que um que tem reserva menor. Entre os países emergentes, o Brasil é um dos que ainda detêm reserva internacional — embora ela tenha crescido de maneira razoável — menor do que a de outros países, como por exemplo a Índia e a China.

Há uma postura de governo que estabeleça um patamar ótimo das reservas, ou elas ficam na contingência do momento, ou se trabalha com o patamar ótimo das reservas internacionais? Qual seria o custo razoável das reservas internacionais para um país suportar o alcance desse patamar ótimo? Isso traria vantagem, ou na verdade o contexto é o do momento, não buscando um patamar ótimo das reservas internacionais?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Arno Augustin, para a resposta aos interpellantes.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - O Deputado Gilmar Machado formulou 2 questões. Vou pedir licença para responder junto, porque acho que ambas são sobre reservas. À medida que o País vem tendo resultados positivos de balança comercial, vem tendo confiança muito grande no mundo dos investidores. Isso tudo produziu um aumento significativo das reservas. Esse é um fato positivo, significa que o Brasil tem hoje solidez muito importante com relação à questão externa. Temos um nível de reservas superior ao da dívida pública federal. Se incluirmos Estados e Municípios, também será superior. Esse é um efeito positivo.

Obviamente isso também traz uma discussão sobre o efeito no câmbio, o custo de carregamento das reservas, e essa é uma discussão que o País vem fazendo no momento, mas a experiência internacional é muito diferenciada. Existem países com níveis de reservas maiores, outros com níveis de reservas menores; existem países que adotam alguma política de nível ótimo. No Brasil, até o momento, não houve esse tipo de comportamento.

Portanto, essa função é muito mais do Banco Central do que propriamente da Secretaria do Tesouro Nacional, porque quem faz a administração das reservas é o BC.

Ressalto que, de alguma forma, isso é fruto de um conjunto de políticas que dão hoje grande estabilidade e segurança para o Brasil.

Agora, uma discussão sobre qual é a melhor forma de tratar esse tema é justamente o que vemos muito na imprensa, nos próprios Congressistas, enfim, na sociedade. É uma discussão pertinente.

Outro aspecto é a questão do Restos a Pagar e do resultado primário. O resultado primário é ainda uma necessidade. Temos de propor resultados primários, à medida que, se não o fizermos, a relação dívida/PIB, que vem em descendência, passará a ter o comportamento inverso, o que poderá ter efeito sobre a curva de juros. E o círculo virtuoso que temos hoje se transformará num círculo negativo, vicioso.

A existência de política com relação a isso é basicamente dos Ministérios, não é da Secretaria do Tesouro. O que a Secretaria do Tesouro e a SOF têm como política a partir do que é decidido no Congresso, a partir da LDO e do Orçamento, é a fixação de uma meta e, a partir dela, dos limites para cada Ministério.

Não acredito que, necessariamente, como disse o Deputado, haja uma tendência crescente de Restos a Pagar. Acredito que, pelo contrário, pode ter havido algum momento de número maior, mas acho que a tendência de médio e longo prazo no País não é essa, é de voltarmos a ter um nível de restos a pagar menor. Essa é uma seleção que os próprios Ministérios fazem, eventualmente de cancelamentos ou não de pagamentos. Há um conjunto de opções mais adequadas ao nível de cada um dos Ministérios, e não da orientação geral, feita com base nos limites estabelecidos pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

O Deputado Eduardo Valverde questiona a meta da inflação, se ela teria algum impacto, do ponto de vista do investimento, no nível de primário. As metas de inflação têm a ver com a política monetária, portanto com a atuação do Banco Central. Elas não interferem diretamente no nível de primário, no nível de investimento. Elas têm a ver com a meta que o País estabelece e, a partir daí, um comportamento de política monetária e eventualmente de ação mais ou menos forte do Banco Central no sentido da política monetária das taxas de juros.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - A indagação que faço é exatamente conciliando as 2 ações. Se tenho uma meta de inflação muito centrada, persigo aquela meta, aquele ponto, vou ter de fazer uma política fiscal mais restritiva.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Perfeito. Mas o Conselho Monetário Nacional já divulgou, fixou a meta, como todos os anos, e o efeito disso na política fiscal não é tão importante como na política monetária. Esse é o sentido do



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que eu estava referindo. Basicamente são orientações que o Conselho Monetário Nacional dá ao Banco Central de como executar a política monetária.

Do ponto de vista estritamente fiscal, penso que o reflexo possível é o efeito disso na curva de juros, portanto no resultado nominal. O resultado primário está fixado na LDO e vai continuar com essa sistemática.

Quanto à questão dos títulos pós-fixados e ao percentual com variação cambial, em maio tivemos de dívida pública mobiliária federal interna apenas 1,1% do estoque vinculado ao câmbio; da dívida total, 9,9%. Isso vem caindo. Em 2003, por exemplo, foi 32%, e em maio 9,9%. O objetivo, portanto, de redução da exposição cambial vem sendo atingido. E os títulos pós-fixados — penso que seja a preocupação principal —, vinculados à SELIC, também vêm caindo. Do total, caem de 46% para 33,1%, em maio. Há uma tendência decrescente, tudo dentro de uma política em que o nível de segurança, de exposição ao risco é cada vez menor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Para complementar, fiz aquela pergunta referente à meta de inflação porque, se tenho uma meta de inflação um pouco mais flexível, em tese, posso desempenhar uma política fiscal anticíclica, pois teria margem para praticá-la. Obviamente temos hoje um processo de crescimento econômico. Não seria o caso se tivéssemos uma situação de recessão. Poderíamos ser um pouco mais elásticos nas metas, para alavancar a economia.

A indagação que faço é se essa manobra, se essa margem maior facilitaria a adoção dessa meta, caso fosse necessário.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** - Compreendo. O que estava dizendo é que a política de metas de inflação é pensada muito em função da política monetária. É claro que ela tem outros efeitos, inclusive nos parâmetros do Orçamento e da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Feita a leitura e encerrados os debates, lembro aos Parlamentares que amanhã teremos reunião ordinária na hora regulamentar.

Está encerrada a reunião.